

Código	Agrupamento/escola não agrupada	Morada	Carreira e categoria de assistente técnico
400476	ES de Tomás Cabreira	R. Manuel Arriaga, 8000-334 Faro	1
402515	ES/3 de Pinheiro e Rosa	Apt. 4004 — Penha, 8000-116 Faro	2
145130	Agrupamento de Escolas Rio Arade	R. da Escola, 8400-615 Parchal — Lagoa	1
145403	Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira	Bairro Che — Lagoense, 8400-303 Lagoa	
145427	Agrupamento de Escolas Gil Eanes	R. Cardeal Neto, 5 — Apt. 418, 600-537 Lagos	1
400233	ES de Júlio Dantas	Lg. Prof. Egas Moniz — Apt. 302, 8601-904 Lagos	1
400324	ES de Loulé	P. Eng.º Duarte Pacheco, 8100-000 Loulé	1
145336	Agrupamento de Escolas DrJ Laura Ayres	R. do Forte Novo, 8125-214 Quarteira	
400178	ES Dr. Francisco Fernandes Lopes	R. Dr. Francisco Sá Carneiro, 8700-853 Olhão	2
400336	ES Manuel Teixeira Gomes	Av. S. João de Deus Apt. 739 8500-000 Portimão	
400385	ES Poeta António Aleixo	Av. 25 de Abril, 8501-951 Portimão	
145373	Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas	Sítio da Calçada, 8150-021 São Brás de Alportel	1
400531	ES de Silves	Lg. da República, 8300-111 Silves	1
400464	ES/3 Dr. Jorge Augusto Correia — Tavira	R. Luís de Camões, 8800-415 Tavira	
145518	Agrupamento de Escolas D. José I	R. Sto. Ant.º Arenilha, 248, 900-275 V. R. Sto. António	
145348	Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António	R. Dr. J. Campos Coroa, 8900-210 V. R. Sto. António	

203664898

Aviso n.º 18029/2010**Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 27 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional.**

1 — Atento ao disposto na alínea b) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 213/2007, de 27 de Outubro, e da alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2007, de 29 de Março, em cumprimento do previsto nas alíneas a), b) e d) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por despacho do Director Regional de Educação do Algarve de 06/09/2010 no uso das suas competências, torna-se público que, nos termos dos n. os 2 e 3 do artigo 6.º, artigos 50.º a 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por despachos de 06/09/2010, proferidos, respectivamente pelos Directores dos Agrupamento de Escolas ou Escolas não Agrupadas, identificados no Anexo ao presente Aviso, no uso das competências que lhes foram delegadas por despacho do Senhor Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação proferido em 16/08/2010, publicado em 31/08/2010 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, página 45574, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para preenchimento de postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas identificados no Anexo ao presente Aviso, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de acordo com os Avisos publicitados na íntegra nas respectivas páginas electrónicas dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas identificados no Anexo ao presente Aviso.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo e não ter sido efectuada consulta prévia à entidade Centralizadora para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), por esta ter sido considerada temporariamente dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para constituição das referidas reservas de recrutamento.

3 — Legislação aplicável: O presente procedimento reger-se-á pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

4 — Âmbito do recrutamento: Por despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública de 25 de Junho de 2010, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 344/10/MEF, de 2 de Agosto, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, foi autorizado efectuar o recrutamento de entre as pessoas com relação jurídica de emprego público por tempo determinado, cuja gestão é da competência do Ministério da Educação, titulada por contrato a termo resolutivo certo celebrado, nos anos escolares de 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da sua rede.

5 — Local de trabalho: Nas respectivas instalações dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas publicitados no Anexo do presente Aviso.

6 — Caracterização do posto de trabalho: Os postos de trabalho a concurso caracterizam-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de assistente operacional, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, concretizados nas seguintes referências:

6.1 — Ref. A — 21 postos de Trabalho, no exercício de funções da extinta categoria de auxiliar de acção educativa, correspondente ao exercício de funções de apoio geral, desenvolvendo e incentivando o respeito e apreço pelo estabelecimento de educação ou de ensino e pelo trabalho que, em comum, nele deve ser efectuado, competindo-lhe, designadamente, as seguintes atribuições:

- a) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e jovens durante o período de funcionamento da escola com vista a assegurar um bom ambiente educativo;
- b) Exercer as tarefas de atendimento e encaminhamento dos utilizadores das escolas e controlar as entradas e saídas da escola;
- c) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didáctico e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;
- d) Cooperar nas actividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;
- e) Zelar pela conservação dos equipamentos de comunicação;
- f) Estabelecer ligações telefónicas e prestar informações;
- g) Receber e transmitir mensagens;
- h) Assegurar o controlo de gestão de stocks necessários ao funcionamento da reprografia;
- i) Exercer tarefas de apoio aos serviços de acção social escolar, assim como tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento de laboratórios e bibliotecas escolares;
- j) Reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, assegurando a limpeza e manutenção do mesmo e efectuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas;
- l) Efectuar, no interior e exterior, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento dos serviços;
- m) Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno à unidade de prestação de cuidados de saúde.

6.2 — Ref. B — 6 postos de Trabalho, no exercício de funções da extinta categoria de cozinheiro, correspondente ao exercício de funções de natureza executiva simples, diversificadas, totalmente determinadas, exigindo conhecimentos de ordem prática susceptíveis de serem aprendidos no próprio local de trabalho num curto espaço de tempo, tendo por atribuições, designadamente, as seguintes:

- a) Organizar e coordenar os trabalhos na cozinha, refeitório ou bufete, tarefas estas cometidas ao cozinheiro principal quando exista;
- b) Confeccionar e servir as refeições e outros alimentos;
- c) Prestar as informações necessárias para a aquisição de géneros e controlar os bens consumidos diariamente;
- d) Assegurar a limpeza e arrumação das instalações, equipamentos e utensílios de cozinha, refeitório e bufete, bem como a sua conservação.

7 — Remuneração base prevista: a correspondente à 1.ª posição remuneratória, 1.º nível remuneratório da tabela única remuneratória da

categoria de assistente operacional. O posicionamento remuneratório será efectuado nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

8 — Requisitos de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nomeadamente:

- i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- ii) 18 Anos de idade completos;
- iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;
- iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

b) Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória ou de curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade I de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

c) Os candidatos deverão ser titulares da escolaridade obrigatória ou equivalente, não se admitindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

9 — Atento ao disposto no artigo 52.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria, executem as mesmas funções e ocupem, no órgão ou serviço que publicita o procedimento concursal, postos de trabalho idênticos àqueles para cuja ocupação se publicita o procedimento, exceptuando os que se encontrem em mobilidade especial, conforme o disposto na alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

10 — Constituem factores preferenciais, de verificação cumulativa:

- a) Comprovada experiência profissional no exercício efectivo das funções descritas no n.º 6 do presente Aviso;
- b) Conhecimento da realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

11 — Formalização das candidaturas:

11.1 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação do Aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

11.2 — Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, aprovado por Despacho n.º 11 321/2009, de 8 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio, disponibilizado no endereço electrónico da Direcção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em www.dgaep.gov.pt, podendo ser obtido na página electrónica ou junto dos serviços administrativos do Agrupamento de Escolas/Escola não Agrupada, constantes do Anexo do presente Aviso, e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações dos referidos Agrupamentos de Escolas ou Escolas não Agrupadas, ou enviadas pelo correio, em carta registada com Aviso de recepção, dirigidas ao Director do Agrupamento de Escolas ou Escola não Agrupada, para as respectivas moradas publicitadas no Anexo ao presente Aviso.

12 — Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
- Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias; *Curriculum Vitae*, detalhado, devidamente datado e assinado;
- Contrato de trabalho que comprove a relação jurídica de emprego público (fotocópia);

Declaração emitida pelo serviço onde o candidato se encontra a exercer funções, devidamente actualizada e autenticada, onde conste, de forma inequívoca, o organismo (central ou local) a quem compete a gestão, a modalidade de relação jurídica de emprego público, com descrição detalhada das funções, actividades, atribuições e competências inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato, devendo a mesma ser complementada com informação referente à avaliação do desempenho relativa ao último ano (2009);

Fotocópia dos documentos comprovativos das acções de formação frequentadas com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respectiva duração;

Certificado do registo criminal, de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de Setembro.

12.1 — Os candidatos que exerçam funções no Agrupamento de Escolas/Escola não Agrupada ao qual concorram, estão dispensados da

apresentação dos documentos comprovativos dos factos indicados no currículo, desde que, expressamente, refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual, nesses casos, o júri do concurso solicitará oficiosamente os mesmos ao respectivo serviço de pessoal.

12.2 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e para efeitos de admissão ao concurso os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

12.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da Lei.

12.4 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — Métodos de selecção

13.1 — Este procedimento concursal comum é urgente devido à necessidade de repor os recursos humanos indispensáveis para prosseguir com as actividades inerentes à caracterização dos postos de trabalho a ocupar, sob pena de comprometer o início do próximo ano escolar (2010/2011) em 1 de Setembro do corrente, pelo que e de acordo com a faculdade prevista no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), aplica-se o método obrigatório de Avaliação Curricular (AC), previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Fevereiro e como método de selecção complementar a Entrevista Profissional de Selecção (EPS), prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Fevereiro.

As ponderações a utilizar são as seguintes:

- A) Avaliação Curricular (AC) — 70%;
- B) Entrevista Profissional de Selecção (EPS) — 30%.

13.2 — Avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação do desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que obrigatoriamente são os seguintes: Habilitação Académica de Base ou Curso equiparado, Experiência Profissional, Formação Profissional e Avaliação de Desempenho. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HAB + 4(EP) + 2(FP) + AD}{8}$$

13.2.1 — Habilitação Académica de Base (HAB), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 Valores — Habilitação de grau académico superior;
- b) 18 Valores — 11.º ano ou 12.º ano de escolaridade ou de cursos que lhes sejam equiparados;
- c) 16 Valores — escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado.

13.2.2 — Experiência Profissional (EP) — a avaliar de acordo com a seguinte fórmula:

$$EP = \frac{CC + AE}{2}$$

a) Conformidade contextual (CC) — Será valorada com um mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce:

8 valores — pelo exercício de funções em realidade social, escolar e educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

b) Actividades exercidas (AE) — Será valorada com um mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce:

8 valores — pelo exercício de funções inerentes à carreira e categoria do posto de trabalho a ocupar, conforme descritas no n.º 6 do presente aviso.

13.2.3 — Formação Profissional (FP) — formação profissional directa ou indirectamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar. Será valorada com um mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce, até um máximo de 20 valores, o seguinte:

- a) 10 Valores — Formação directamente relacionada com a área funcional, num total de 60 ou mais horas;
- b) 8 Valores — Formação directamente relacionada com a área funcional, num total de 15 horas ou mais e menos de 60 horas;
- c) 4 Valores — Formação indirectamente relacionada, num total de 60 ou mais horas;
- d) 2 Valores — Formação indirectamente relacionada, num total de 15 horas ou mais e menos de 60 horas.

13.2.4 — Avaliação de Desempenho (AD) — A avaliação do desempenho será a relativa ao último ano (2009) traduzida em menção qualitativa, pontuada com a seguinte correspondência:

- a) Desempenho excelente — 20 valores;
- b) Desempenho relevante — 16 valores;
- c) Desempenho adequado — 12 valores;
- d) Desempenho inadequado — 8 valores.

13.3 — A entrevista profissional de selecção (EPS) visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. A entrevista profissional de selecção, de carácter público, é avaliada segundo os níveis classificativos de *Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente*, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. Para esse efeito será elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada. O resultado final será obtido através da média aritmética ponderada das classificações dos parâmetros a avaliar.

13.4 — A valoração final [$V/F = 70\% \times (AC) + 30\% \times (EPS)$] dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção considerando-se excluídos, nos termos do n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de selecção, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

14 — Composição do Júri — Nos termos do artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, em cada Agrupamento de Escolas/Escola não Agrupada, constantes do Anexo do presente Aviso, é constituído um júri do concurso, composto por um presidente, dois vogais efectivos e dois vogais suplentes, cuja composição e respectiva identificação consta do Aviso publicitado na página electrónica de cada um dos Agrupamentos de Escolas/Escola não Agrupadas, identificados no Anexo ao presente Aviso.

14.1 — O presidente de júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efectivos.

15 — Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os critérios de apreciação e de ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

16 — Exclusão e notificação dos candidatos — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário próprio, aprovado por Despacho n.º 11 321/2009, de 8 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de

Maio, disponibilizado no endereço electrónico da Direcção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em www.dgaep.gov.pt, podendo ser obtido na página electrónica ou junto dos serviços administrativos do Agrupamento de Escolas/Escola não Agrupada, constantes do Anexo do presente Aviso.

17 — A Ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efectuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção.

17.1 — Critério de desempate:

17.1.1 — Em caso de igualdade de valoração os critérios de desempate a adoptar são os constantes do n.º 1 do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

17.1.1.1 — Para efeitos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 35.º da referida Portaria e nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, neste procedimento concursal o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.

17.1.2 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efectuada, de forma decrescente, tendo por referência pelo candidato de maior idade.

17.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e dos excluídos no decurso da aplicação dos métodos de selecção é notificada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

17.3 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação dos respectivos Directores dos Agrupamentos de Escolas/Escola não Agrupada, é publicada no *Diário da República*, 2.ª série, afixada nas respectivas instalações e disponibilizada na página electrónica de cada um dos Agrupamentos de Escolas ou Escolas não Agrupadas identificados no Anexo ao presente Aviso.

18 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação».

19 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

20 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente Aviso será publicado por esta Direcção Regional de Educação do Algarve no *Diário da República*, 2.ª série, bem como na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, 2.ª série, e no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional, bem como é publicitado em cada Agrupamento de Escolas e Escolas não Agrupadas identificados no Anexo do presente aviso.

6 de Setembro de 2010. — O Director, *Luis Manuel da Silva Correia*.

ANEXO

Postos de trabalho a concurso da carreira e categoria de assistente operacional

Código	Agrupamento/escola não agrupada	Morada	Carreira e categoria de assistente operacional	
			Funções inerentes à antiga categoria de auxiliares de acção educativa.	Funções inerentes à antiga categoria de cozinheiro.
400506	ES de Albufeira	R. das Escolas, 8200-126 Albufeira		
145051	Vertical de Escolas de Aljezur	Aljezur, 8670-113 Aljezur	1	
145063	Vertical de Escolas de Castro Marim	Sapal de S. João, 8950-909 Castro Marim	2	
400300	ES de João de Deus	Av. 5 de Outubro, 8004-069 Faro	1	
400476	ES de Tomás Cabreira	R. Manuel Arriaga, 8000-334 Faro	1	1
402515	ES/3 de Pinheiro e Rosa	Apt. 4004 — Penha, 8000-116 Faro		
145130	Agrupamento de Escolas Rio Arade	R. da Escola, 8400-615 Parchal — Lagoa		
145403	Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira	Bairro Che — Lagoense, 8400-303 Lagoa	2	2
145427	Agrupamento de Escolas Gil Eanes	R. Cardeal Neto, 5 — Apt. 418, 600-537 Lagos	2	1
400233	ES de Júlio Dantas	Lg. Prof. Egas Moniz — Apt. 302, 8601-904 Lagos	1	1
400324	ES de Loulé	P. Eng.º Duarte Pacheco, 8100-000 Loulé	1	
145336	Agrupamento de Escolas Dr.ª Laura Ayres	R. do Forte Novo, 8125-214 Quarteira	1	
400178	ES Dr. Francisco Fernandes Lopes	R. Dr. Francisco Sá Carneiro 8700-853 Olhão		
400336	ES Manuel Teixeira Gomes	Av. S. João de Deus Apt. 739 8500-000 Portimão	1	
400385	ES Poeta António Aleixo	Av. 25 de Abril, 8501-951 Portimão	3	1
145373	Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas	Sítio da Calçada, 8150-021 São Brás de Alportel	1	
400531	ES de Silves	Lg. da República, 8300-111 Silves		
400464	ES/3 Dr. Jorge Augusto Correia — Tavira	R. Luís de Camões, 8800-415 Tavira	1	

Código	Agrupamento/escola não agrupada	Morada	Carreira e categoria de assistente operacional	
			Funções inerentes à antiga categoria de auxiliares de acção educativa.	Funções inerentes à antiga categoria de cozinheiro.
145518	Agrupamento de Escolas D. José I	R. Sto. Antº Arenilha, 248, 900-275 V. R. Sto. António.	1	
145348	Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António.	R. Dr. J. Campos Coroa, 8900-210 V. R. Sto. António.	2	

203664938

Agrupamento Vertical de Almancil

Despacho n.º 14247/2010

Por despacho do Director do Agrupamento Vertical de Almancil, no uso das competências delegadas pela Direcção Regional de Educação do Algarve, através do Despacho n.º 15524/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 107, de 04 de Junho, foram homologados os contratos administrativos de serviço docente celebrados para o ano lectivo 2009/2010, nos termos da lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, decorrente de procedimento concursal previsto no Decreto-Lei n.º 35/2007.

Nome	Grupo	Data início contrato
Maria Fernanda Pinto	Técnicas Especiais	25-09-2009
Marise Vicente	Técnicas Especiais	16-09-2009
Verónica do Céu Afonso Bicho	Técnicas Especiais	25-09-2009
Cecília dos Santos Marques	110	02-02-2010
Susana Cristina Teixeira Figueiredo	110	06-03-2010
Cristina de Jesus Sequeira Encarnação	240	29-01-2010
Neuza Catarina Nobre da Rosa	290	06-10-2009
Carina Horta de Jesus	350	25-09-2009
Alexandrina Pires Tibeiro	500	04-05-2010
Sandra Verónica Viegas da Graça	500	23-10-2009
Luis Filipe Guerreiro de Sousa	550	12-10-2009
Maria da Conceição Goulart Machado	550	17-09-2009
Paulo Jorge Costa Rodrigues	550	24-09-2009
Vitor Manuel Sousa Ruivo	550	24-09-2009
Marcelo Moreira Tameirão	910	03-10-2009
Tânia Manuela Maia Ramos	910	30-10-2009

07 de Setembro de 2010. — O Director, *Rui Miguel Lourenço Filipe*.
203667287

Despacho n.º 14248/2010

Por despacho do Director do Agrupamento Vertical de Almancil, no uso das competências delegadas pela Direcção Regional de Educação do Algarve, através do Despacho n.º 15524/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 107, de 04 de Junho, foi homologado o contrato administrativo de serviço docente celebrado para o ano lectivo 2009/2010, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

Nome	Grupo	Data de início do contrato
Neuza Catarina Nobre da Rosa	290	06-10-2009

07 de Setembro de 2010. — O Director, *Rui Miguel Lourenço Filipe*.
203667376

Despacho n.º 14249/2010

Por despacho do Director do Agrupamento Vertical de Almancil, no uso das competências delegadas pela Direcção Regional de Educação do Algarve, através do Despacho n.º 15524/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 107, de 04 de Junho, foram homologados os contratos administrativos de serviço docente celebrados para o ano lectivo 2009/2010, nos termos da lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, decorrente de procedimento concursal previsto no Decreto-Lei n.º 20/2006.

Nome	Grupo	Data início contrato
Daniela dos Santos Lopes	100	11-11-2009
Henriqueta Carla Mascarenhas Bonança	100	29-10-2009
Maria José Nogueira Mestre	100	01-09-2009
Marília Catarina Assunção Apolónia	100	29-10-2009
António Eduardo Valente Paulino	110	01-09-2009
Helena Sofia Pires Matinhos de Almeida	110	01-09-2009
Isabel Alexandra Onofre dos Santos Gonçalves Pais	110	01-09-2009
Liliana Cardoso Araújo	110	29-10-2009
Marina Alberta Veiros Costa Matos	110	01-10-2009
Mário Rui Brandão de Almeida	110	14-10-2009
Nuno Miguel Rocha Mateus da Silva	110	17-09-2009
Patrícia Isabel Sebastião da Silva	110	17-09-2009
Susana dos Santos Rocha	110	03-11-2009
Vânia Sofia Carreira Botequim	110	06-11-2009
Ezequiel Castro Teixeira Cardoso	200	01-09-2009
Maria do Rosário de Fátima Marques	200	01-09-2009
Eunice Liliana Rosário Silva Carvalho	220	01-09-2009
Silvia Maria Roupinha Ventura	220	01-09-2009
Ana Rita de Jesus Carreira	230	01-09-2009
Luis Filipe Martins Sousa	230	01-09-2009
Rui Miguel Barbosa Macário	230	01-09-2009
Ana Mónica Marques Segurado	240	01-09-2009
Nelson Ricardo Faria Pinheiro	240	24-09-2009
Silvia Isabel Viegas de Sousa	240	01-09-2009
António Jorge Oliveira Chaves Pinto	250	01-09-2009
Emiliana Oliveira Coelho	260	23-09-2009
Rui César Afonso Vilhena	260	01-09-2009
Silvia Maria Palma	320	01-09-2009
Josélia Maria Dias Martins	400	01-09-2009
Dália Maria Gonçalves Tardão	420	01-09-2009
João Carlos Caleiro Rosado	420	01-09-2009
Jorge do Nascimento Lobão Pinto	500	01-09-2009
Sónia Maria Gomes de Carvalho	500	01-09-2009
Luzia Margarida Lopes Baptista de Oliveira	510	15-09-2009
Carlos António Meleira Fernandes	520	01-09-2009
Inês Maria do Nascimento Proença	520	17-09-2009
Sandra Cristina Monteiro da Silva Alves	520	01-09-2009
Carlos Amorim Viegas	530	01-09-2009
António José Guerreiro de Jesus Figueira	560	01-09-2009
Carla Sofia Martins da Silva	620	17-09-2009
Ana Paula Salvador Joaquim	910	01-09-2009

07 de Setembro de 2010. — O Director, *Rui Miguel Lourenço Filipe*.
203667221

MINISTÉRIO DA CULTURA

Direcção-Geral de Arquivos

Aviso (extracto) n.º 18030/2010

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 5426/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 16 de Março, se procedeu em 2 de Agosto de 2010, à outorga de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, do mapa de pessoal do Arquivo Distrital da Guarda, com Ana Paula dos Santos Rabaça Barata, cuja remuneração corresponde à 3.ª posição, nível 3 da tabela remuneratória, com efeitos a 1 de Agosto de 2010.

Direcção-Geral de Arquivos, aos 31 de Agosto de 2010. — O Subdirector-Geral, *Abel Martins*.

203667984